

The background of the image is a solid orange color. Overlaid on this is a dark brown silhouette of the map of Brazil. A series of dark brown, stylized tire tracks are shown running vertically across the map, from the top to the bottom, passing through the central and eastern parts of the country. The text is white and positioned on the left side of the image, partially overlapping the orange background and the left edge of the Brazil map.

GARIMPO: O MAL QUE PERDURA NO XINGU

**DADOS DE 2018 A
JUNHO DE 2023**



GARIMPO: O MAL QUE PERDURA NO XINGU

DADOS DE 2018 A JUNHO DE 2023

BRASÍLIA, 2023



SUMÁRIO



4	APRESENTAÇÃO
6	CONTEXTUALIZAÇÃO
10	O GARIMPO NA BACIA DO XINGU
16	A EXPANSÃO GARIMPEIRA NAS TERRAS INDÍGENAS
20	A TERRA INDÍGENA KAYAPÓ
25	A TERRA INDÍGENA BAÚ
30	A TERRA INDÍGENA MENKRAGNOTI
33	A TERRA INDÍGENA TRINCHEIRA-BACAJÁ
37	A TERRA INDÍGENA APYTEREWA
41	A TERRA INDÍGENA KURUAYA

46	A EXPANSÃO GARIMPEIRA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
49	A FLORESTA NACIONAL (FLONA) DE ALTAMIRA
54	A ESTAÇÃO ECOLÓGICA (ESEC) DA TERRA DO MEIO
58	A RESEX RIO IRIRI
62	A RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DO ANFRÍSIO
67	A RESERVA BIOLÓGICA (REBIO) NASCENTES DA SERRA DO CACHIMBO
71	RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

APRESENTAÇÃO



DIANTE DE UMA NOVA ONDA DE GARIMPO nas áreas protegidas da bacia do Xingu, que se intensificou a partir de 2019, a Rede Xingu+ divulgou em 2020 um [dossiê](#) detalhando os principais focos de exploração garimpeira na região e que colocavam em risco, somada à epidemia de Covid 19, várias comunidades indígenas e ribeirinhas.

De lá para cá, o garimpo ilegal no Xingu ganhou força durante o governo Bolsonaro, resistindo às escassas operações de fiscalização e avançando para novas áreas. Foram quatro anos de derrubada de floresta, destruição de leitos de rio e contaminação de igarapés, além dos conflitos e impactos sociais causados pela invasão garimpeira nas terras indígenas e unidades de conservação.

Este novo Dossiê tem como objetivo atualizar os últimos dados de garimpo divulgados, mostrando o histórico e o passivo desolador que essa atividade trouxe para as áreas protegidas da bacia do Xingu, e que ainda perdurará por muitos anos.



CONTEXTUALIZAÇÃO



Garimpo do rio Branco, Terra Indígena Kayapó. Foto: divulgação

SEGUNDO DADOS DO MAPBIOMAS¹, a expansão do garimpo superou a área de mineração industrial nos últimos anos e ocupa cerca de 262 mil hectares em todo o país, território superior a três cidades do Rio de Janeiro.

Tradicionalmente, o garimpo se diferenciava da mineração industrial pelo seu baixo nível de mecanização e de processamento dos depósitos minerais², conforme critérios do Código de Mineração³. Essa compreensão, no entanto, é uma categorização historicamente superada, no ordenamento jurídico e na prática, tendo em vista o intenso processo de mecanização das atividades de garimpo nas últimas décadas.

1 Cf. MapBiomas. Mapeamento anual de mineração e garimpo no Brasil de 1985 a 2022. Disponível em <<https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>>

2 Cf. Nota Técnica nº 01/2023: competência para o licenciamento ambiental de atividades de garimpo de ouro aluvionar. Instituto Socioambiental, WWF. Brasília, 2023.

3 O Código da Mineração é um decreto-lei que foi editado durante a ditadura militar nos anos 1960.



Operação de combate a garimpo ilegal de ouro na Terra Indígena Kayapó. Foto: Felipe Werneck/Ascom/Ibama

4 O garimpo é concentrado em poucas substâncias (Au e Sn): 83% da área ocupada por garimpo está relacionada à extração de ouro e 7% de estanho. MapBiomas, 2021, referência nº 4 desta nota técnica.

5 Cf. The regional impacts of small-scale gold mining in Amazonia. Oswaldo Bezerra, Adalberto Verissimo, Christopher Uhl. Natural Resources Forum. V. 20, nº 4, p. 305-311, 1996.

6 MapBiomas. Mapeamento anual de mineração e garimpo no Brasil de 1985 a 2022.

A exploração garimpeira no Brasil, que tem como foco principal a exploração de ouro⁴, teve um rápido crescimento durante a década de 1980 e início da década de noventa, época em que o preço do metal teve uma grande alta⁵. Essa conjuntura motivou a corrida do ouro que, no país, teve como retrato emblemático a mina da Serra Pelada e também o avanço garimpeiro na bacia do Tapajós, ambos no Pará. Após duas décadas de crescimento estabilizado⁶, a atividade garimpeira no país voltou a despontar com o aumento expressivo das

cotações do ouro⁷, dobrando o tamanho da área ocupada em apenas 10 anos. Esse movimento está principalmente na Amazônia, que concentra 92% do total de áreas de garimpo, sendo o Pará e o Mato Grosso os estados responsáveis por essa alta porcentagem.

Ainda que, historicamente, o conceito de garimpo remeta à utilização de instrumentos rudimentares, manuais ou máquinas simples e portáteis⁸, a garimpagem contemporânea na região Amazônica tomou proporções de grandes empreendimentos, com funcionamento mecanizado e uma rede articulada complexa, capitalizada e liderada por empresários de cooperativas profissionais⁹. A expansão do garimpo no bioma foi ainda mais expressiva em áreas protegidas, como territórios indígenas e unidades de conservação, onde é exercido predominantemente de forma ilegal¹⁰. **Entre 2010 e 2021, o garimpo em Terras Indígenas da Amazônia cresceu 632%¹¹.**

Por trás desse crescimento está um passivo de danos que vão além da área de floresta desmatada. No processo de separação do ouro de outros minérios, é utilizado o mercúrio, um metal de alta toxicidade que gera emissões tóxicas na atmosfera e rejeitos que contaminam o solo e a água. Quando despejado em rios e lagos, o mercúrio passa por um processo de metilação e se converte em sua forma mais tóxica, o metilmercúrio, sendo incorporado depois pela ictiofauna e outros animais aquáticos¹². Nesse cenário, os indígenas e ribeirinhos constituem um grupo de risco, visto que o peixe é a principal fonte de proteína dessas populações, ficando sujeitas a comprometimentos sérios de saúde.

7 Cf. Environmental impacts of the life cycle of alluvial gold mining in the Peruvian Amazon rainforest. Ramzy Kahhat, Eduardo Parodi, Gustavo Larrea-Gallegos, Carlos Mesta, Ian Vázquez-Rowe. Peruvian Life Cycle Network (PELCAN), Department of Engineering, Pontificia Universidad Católica del Perú, Peru, 2019.

8 Cf. Nota Técnica nº 01/2023: competência para o licenciamento ambiental de atividades de garimpo de ouro aluvionar. Instituto Socioambiental, WWF. Brasília, 2023.

9 Cf. Empresas do ouro enriquecem, indígenas padecem. Rodrigo Oliveira; Luísa Molina. Le Monde Diplomatique Brasil, 2021. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/empresas-do-ouro-enriquecem-indigenas-padecem/>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

10 Excetuam-se os casos de Unidades de Conservação de uso sustentável que possuam a previsão da atividade em seus planos de manejo.

11 Cf. Destaques do mapeamento anual de mineração e garimpo no Brasil de 1985 a 2021. MapBiomas.

12 Cf. Mercury Exposure through Fish Consumption in Traditional Communities in the Brazilian Northern Amazon. Sandra de Souza Hacon et al.. Environmental Research and Public Health. v. 17, p. 5269, 2020.

A stylized map of Brazil is shown in a dark brown color. A lighter brown, irregularly shaped region is highlighted in the center of the map, representing a specific geographical area. A thick, yellow brushstroke is drawn horizontally across the middle of the map, passing through the highlighted region. The text is positioned to the left of the map, overlapping the dark brown background.

O GARIMPO NA BACIA DO **XINGU**

A REALIDADE DO GARIMPO NA BACIA hidrográfica do rio Xingu, situada entre os estados do Pará e do Mato Grosso, não é diferente do restante da Amazônia. Com uma área de aproximadamente 53 milhões de hectares e comportando um dos maiores mosaicos contínuos de Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação (UC) no mundo – o Corredor de Áreas Protegidas do Xingu¹³, a bacia tem sofrido com a expansão da atividade garimpeira ilegal nos últimos anos. No Xingu se situam dois dos municípios com maior área de garimpo no Brasil¹⁴: São Félix do Xingu e Ourilândia do Norte, principais responsáveis pelo crescimento de 221% do garimpo na bacia em 10 anos (2012-2021).

Os dados do SIRAD X¹⁵ (Sistema de Identificação Radar de Desmatamento), que faz um monitoramento mensal e sistemático do desmatamento na bacia do Xingu, mostram que, a partir de 2018, novas áreas de exploração garimpeira foram abertas em UCs e TIs, e áreas antigas de exploração foram reativadas. Desde então, mais de 12,7 mil hectares de garimpo foram abertos na região, dos quais 82% ocorreram dentro de Áreas Protegidas.

O aumento da área de garimpo no Xingu está estreitamente relacionado com a valorização do ouro no mercado internacional, conforme ilustram os gráficos 1 e 2. Contudo, há ainda outros fatores de influência para a expansão da atividade, sobretudo em TIs e UCs, como o desmonte da fiscalização ambiental que ocorreu durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e o incentivo direto do governo à exploração garimpeira.

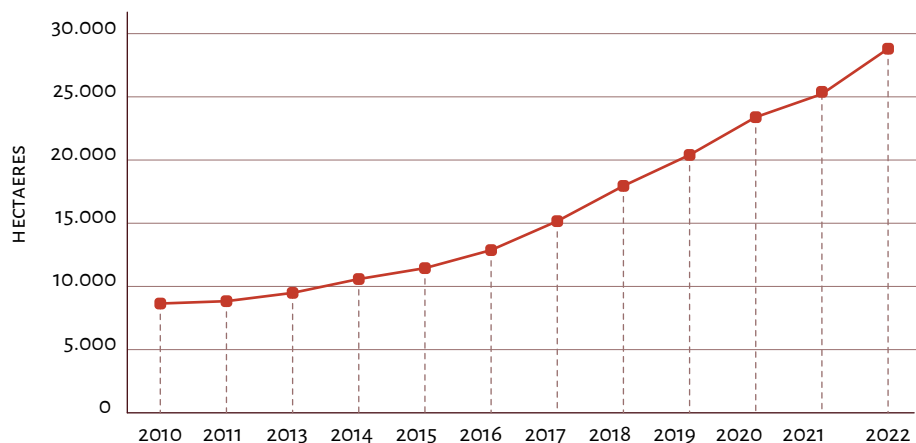
Entre 2018 e 2019, período da mudança de gestão presidencial, o desmatamento gerado pela exploração garimpeira

13 Também chamado de Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental. É formado por 20 Terras Indígenas e nove Unidades de Conservação. Com extensão territorial de mais de 260 mil km² (pouco mais da metade do território da bacia), o corredor possui mais de 1.000 km de dimensão de sul a norte, e sua largura varia entre 500 km, em sua parte mais larga, e 60 km, em sua porção mais estreita.

14 Cf. Destaques do mapeamento anual de mineração e garimpo no Brasil de 1985 a 2021. Map-Biomas. Disponível em em <https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Map-Biomas_Minera%C3%A7%C3%A3o_2022_30_09.pdf>

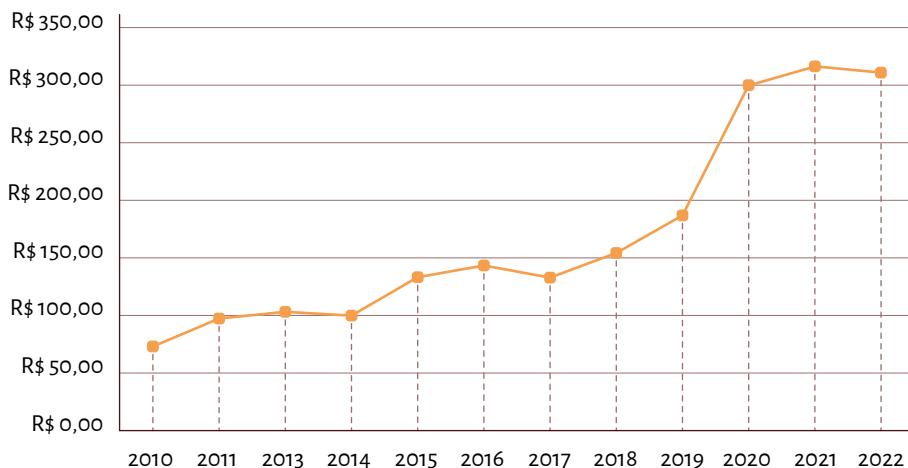
15 Cf. Saiba mais sobre a metodologia do SIRAD X aqui: <<https://www.xingumais.org.br/siradx>>

GRÁFICO 1: CRESCIMENTO DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO GARIMPEIRA NA BACIA DO XINGU



* Cf. Dados do mapeamento de uso e cobertura do solo do MapBiomias. Disponível em: <<https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>>

GRÁFICO 2: COTAÇÃO DO OURO NA BOVESPA (Real/g)



Cf. Dados de cotação do ouro Bovespa. Disponível em: <<https://br.investing.com/commodities/gold-historical-data?cid=964524>>

aumentou 15% nas áreas protegidas do Xingu.. A defasagem e ineficácia dos atuais mecanismos de controle da atividade e rastreio da origem do ouro comercializado no país, e os impactos sociais do desemprego e da inflação de preços sobre a população amazônica também contribuíram para formar um cenário altamente favorável para a expansão do garimpo ilegal.

No primeiro semestre de 2023, foram destruídos cerca de 475 hectares de floresta nas Terras Indígenas e Unidades de Conservação do Corredor. Esse total representa uma redução de 46% em relação ao mesmo período de 2022. Essa diminuição está relacionada com o aumento das ações de fiscalizações que, no Xingu, já ocorreu em ao menos seis territórios com presença de exploração garimpeira. No entanto, o problema ainda persiste e os dados mostram que mesmo após as operações há a continuidade da atividade ilegal. São ao menos 17 focos ou frentes de garimpo com funcionamento ou indício de atividade identificados em 2023.

Os impactos causados pela garimpagem vão além da abrangência local, e podem se estender por quilômetros nos rios, ameaçando a sobrevivência de povos indígenas e ribeirinhos mesmo em territórios sem a presença da atividade. As populações urbanas que estão nos arredores também podem ser afetadas pelo consumo de peixes contaminados que migraram dessas áreas¹⁶.

16 Cf. Análise regional dos níveis de mercúrio em peixes consumidos pela população da amazônica brasileira. Paulo Cesar Basta et al. 2023. Disponível em: <<https://informe.ensp.fiocruz.br/assets/anexos/2441a041be660fb-7575f8fe0bf6f8f34.PDF>>



SIRAD X

O Sistema de Indicação Radar de Desmatamento – Xingu (SIRAD X) é uma ferramenta que permite detectar o desmatamento de maneira qualificada durante o ano inteiro na bacia do rio Xingu. O Sirad consiste em uma série de algoritmos que processam as informações do Satélite Sentinel-1, executada na plataforma chamada Google Earth Engine (GEE). Para melhorar a efetividade do monitoramento, a análise integra as imagens de radar com imagens ópticas de média/alta resolução.

Uma equipe de analistas examina cada local da bacia procurando visualmente por mudanças na cobertura do solo e, caso necessário, são contatadas pessoas que conhecem o local para confirmar o desmatamento. O conhecimento de campo é fundamental para a validação dos dados. Mensalmente, a equipe De Olho no Xingu divulga um relatório detalhando os resultados dos trabalhos de [monitoramento](#).

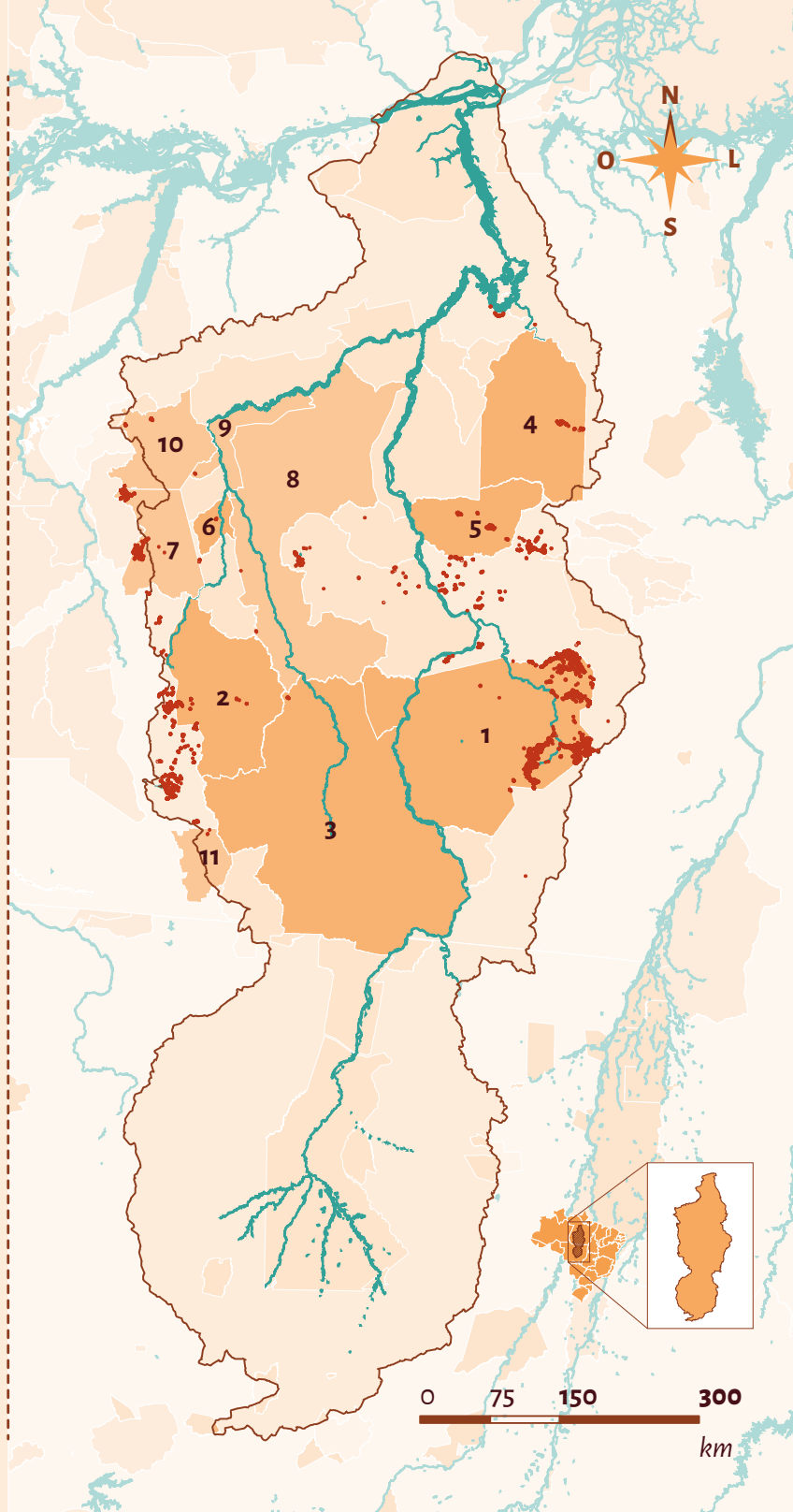


GARIMPO NA BACIA DO XINGU

DADOS DE 2018 A JUNHO
DE 2023 - SIRAD X

- Terra Indígena Kayapó** 1
- Terra Indígena Baú** 2
- Terra Indígena Menkragnoti** 3
- Terra Indígena Trincheira-Bacajá** 4
- Terra Indígena Apyterewa** 5
- Terra Indígena Kuruaya** 6
- Floresta Nacional (Flona) de Altamira** 7
- Estação Ecológica (ESEC) da Terra do Meio** 8
- Resex Rio Iriri** 9
- Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio** 10
- Reserva Biológica (REBIO) Nascentes da Serra do Cachimbo** 11

- Córpos D'água
- Terras Indígenas
- Unidades de Conservação
- Demais TIs e UCs
- Garimpo
- Limite da Bacia do Xingu



A EXPANSÃO GARIMPEIRA NAS TERRAS INDÍGENAS





A LAVRA GARIMPEIRA ILEGAL GANHOU UM NOVO IMPULSO dentro das terras indígenas da bacia do Xingu desde 2018, com intensificação a partir de 2019. Foi a partir daí que novas frentes de exploração foram abertas, além da reativação de garimpos antigos como os garimpos Coringa, Madalena e Manelão nas TIs Baú, Kuruaya e Trincheira Bacajá. São ao menos seis terras indígenas identificadas com garimpos de aluvião e que estão sendo impactadas por uma atividade altamente destruidora.

As terras indígenas (ou regiões) mais vulneráveis são aquelas que não são limítrofes a outras áreas protegidas,

*Garimpo no limite
nordeste da TI Kayapó.
Foto: divulgação/ISA*

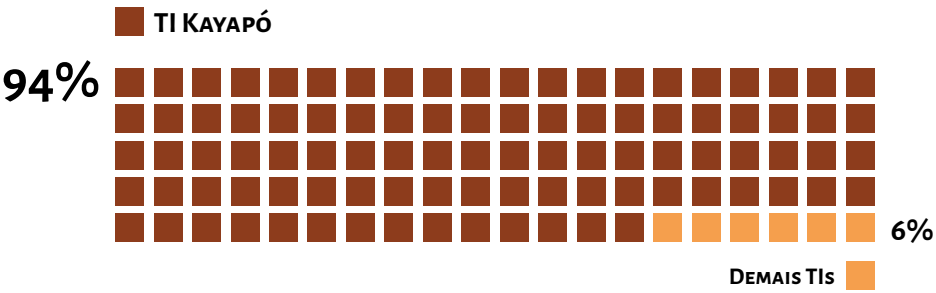
o que fortaleceria a proteção em seu território. Ao contrário, possuem regiões desprotegidas no seu entorno, onde já existe atividade garimpeira ou de mineração. É o caso das TIs Kayapó, Apyterewa, Baú e Trincheira Bacajá. No entanto, até áreas de mais difícil acesso, a exemplo da Terra Indígena Menkragnoti, não ficaram imunes ao avanço do garimpo nos últimos anos. **Entre 2018 e 2022, foram derrubados 9 mil ha de floresta pelo garimpo nas Terras Indígenas da bacia.** Mais de 90% estão concentrados em território dos povos Mebêngôkre. Trata-se das TIs Kayapó e, em menor gravidade, das TIs Baú e Menkragnoti. Nas demais TIs, o histórico da região, somado à perspectiva de regularização do garimpo em terras indígenas, resultou em cerca de 296 ha de devastação.

No primeiro semestre de 2023, o monitoramento do SI-RAD X mostra que o avanço da exploração garimpeira não parou e em seis meses foram desmatados cerca de 460 ha em TIs. Nesse ano, foram detectados garimpos em atividades em cinco terras indígenas: Kayapó, Apyterewa, Baú, Trincheira/Bacajá e Kuruáya.

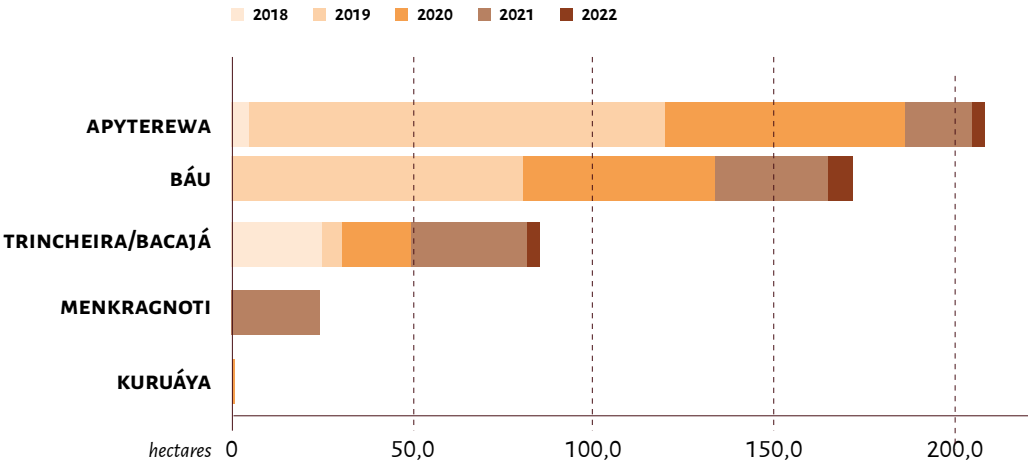
A escalada dessa atividade ilegal tem graves consequências tanto com relação à integridade dos territórios e destruição de suas florestas quanto na poluição de rios e igarapés. Estudos realizados em alguns tributários do rio Xingu¹⁷ identificaram a contaminação de suas águas por mercúrio. São nas margens desses rios que se localizam a maior parte das aldeias. Algumas dessas amostras apresentaram taxas de mercúrio acima do limite seguro para ingestão diária, estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

17 Cf. Parecer preliminar: Avaliação da contaminação por mercúrio em peixes e tracajá da Terra Indígena Baú. Ministério Público Federal. Novo Progresso, PA, 2019. Disponível em: <<<https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/237/edit/2020-08/PRM-ATM-PA-00003283.2019.pdf>>>

DISTRIBUIÇÃO DO GARIMPO NAS TIs DA BACIA



GARIMPO NAS TERRAS INDÍGENAS DO XINGU
EXCETUANDO-SE A TI KAYAPÓ



Distribuição percentual da área de garimpo mapeada nas Terras Indígenas da bacia do Xingu, entre 2018 e junho de 2023.

A TERRA INDÍGENA **KAYAPÓ**





A TERRA INDÍGENA KAYAPÓ POSSUI A MAIOR ÁREA DESMATADA PELA garimpagem ilegal na bacia do Xingu, concentrando 72% de todo o garimpo na bacia entre 2018 e 2022 e 94% de todo o garimpo na terras indígenas da região. Existem três frentes principais de exploração minerária em seu território, localizadas às margens dos rios Arraias, Fresco e Branco.

O garimpo na TI remonta à década de 1960. Contudo, a atividade ilegal se intensificou no território a partir de 2017 e 2018 e hoje ela é a Terra Indígena onde mais cresce o garimpo em toda a Amazônia. Segundo os dados do MapBiomas, o garimpo na terra Kayapó expandiu ainda mais em 2019, com a mudança da gestão federal, passando de 1.393 hectares de floresta desmatada em 2018 para 1.867 hectares no ano seguinte (um aumento de 34%).

Povos indígenas de diversas etnias (entre eles os Mebêngokre Kayapó - foto) no acampamento em Brasília para mobilização contra o Marco Temporal. Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil



*Avanço do garimpo
ilegal na Terra Indígena
Kayapó. Foto: divulgação*

Em 2021 ocorreu a maior taxa registrada na TI: 2.177 hectares desmatados em apenas um ano. Os dados mostram que, num período de seis anos (de 2016 a 2021), o garimpo na Terra Indígena Kayapó causou um desmatamento de quase o triplo (8,6 mil ha) do total (2,9 mil ha) registrado nas três décadas anteriores (1985 a 2015).

Em 2022, houve uma redução no incremento anual do garimpo na TI Kayapó, quando foram desmatados 1.455 hectares; contudo, uma nova frente garimpeira foi detectada em uma região até então isolada da TI: no lado oeste do Riozinho, rio que divide o território ao meio.

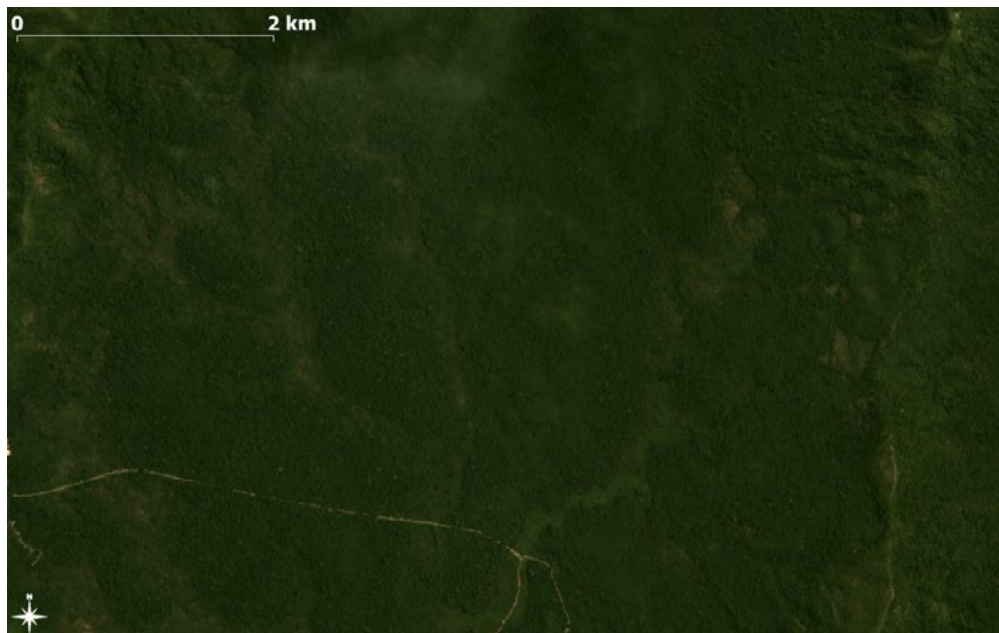
Essa nova frente tem gerado preocupação nas comunidades, já que se trata de uma região que nunca havia sofrido

com invasões garimpeiras e se localiza num ponto remoto do território. No primeiro semestre de 2023, mais de 450 ha de floresta foram derrubados pelo garimpo na TI Kayapó em suas diversas frentes, segundo dados do SIRAD X. Estima-se que, desde a década de 80, já tenham sido devastados mais de 12 mil hectares de vegetação na TI pela ação do garimpo, que se aproxima cada vez mais das aldeias, colocando em risco a saúde dos indígenas e provocando conflitos.



A descoberta de ouro na Terra Indígena Kayapó remonta à década de 1960. No final da década de 1970 e início da década de 1980, a atividade garimpeira na TI se tornou mais sistemática avançando pelo leito do rio Arraias, um tributário do rio Fresco. Este fato está ligado à abertura das rodovias estaduais BR-155 (que liga Marabá a Conceição do Araguaia e Redenção) e PA-279 (conectando Xinguara a São Félix do Xingu), assim como à fundação das cidades de Tucumã e Ourilândia do Norte (PA). Os garimpos seguiram ativos até meados da década de 1990, quando a atividade se retraiu. Nessa mesma época, surgiu outro foco de garimpo a montante da aldeia Gorotire, no rio Fresco, um dos principais tributários do Xingu. Em 2014, uma nova frente garimpeira começou a operar na região do rio Branco, no limite nordeste da TI Kayapó. A atividade se iniciou de forma incipiente e acelerou a partir de 2015, promovendo danos extensos e irreparáveis à calha do rio Branco e às populações das aldeias próximas aos garimpos. A partir de 2017 e 2018, a atividade garimpeira na TI Kayapó se intensificou, migrando novamente para os rios Arraias e Fresco, e atualmente está em rápida expansão.

Junho de 2018. Imagem de satélite da constelação Planet na região sudeste na TI Kayapó, próxima ao rio Fresco, com a vegetação florestal preservada e sem cavas de exploração garimpeira. Coordenadas geográficas, 51° 25' 28.308"O, 7° 55' 17.796"S, Datum SIRGAS 2000.



Junho de 2023. Imagem de satélite da constelação Planet na região sudeste na TI Kayapó, próxima ao rio Fresco na TI Kayapó, já com avanço da exploração garimpeira no local após 5 anos. Coordenadas geográficas, 51° 25' 28.308"O, 7° 55' 17.796"S, Datum SIRGAS 2000.



A TERRA INDÍGENA BAÚ





*Aldeia Kamaú, na Terra
Indígena Baú. foto:
Giovanni Bello / Rede
Xingu +*

A TERRA INDÍGENA BAÚ ESTÁ LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA, no Pará, distando apenas 30 km da BR-163. Desde 2008 (ano de homologação da TI) até 2017, foram desmatados cerca de 150 hectares na TI e apenas entre 2018 e 2022 as áreas de garimpo superaram 308 hectares na Baú, segundo dados do PRODES¹⁹, o que revela um movimento de intensificação do desmatamento na TI, motivado pela exploração garimpeira ilegal.

Nos últimos cinco anos, foram abertos seis novos focos de garimpo, além da reativação e da tentativa de retomada de lavras antigas. Em 2019, houve a retomada do garimpo Pista Velha, no interior da TI, e a abertura de outro foco na margem do rio Curuá, principal curso d'água que cruza a Baú, totalizando 100 hectares de floresta derrubada para esse fim.

¹⁸ Cf. Programa de Monitoramento da Amazônia e demais Biomas. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordenação Geral de Observação da Terra. Desmatamento – Amazônia Legal. Disponível em: <<http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/>>



Em 2020, surgiram mais três focos de garimpo nas margens do Curuá. Em 2021, dois garimpos, o Jurandi e o Coringa Sul, foram abertos em diferentes locais do limite oeste da TI. Em 2022, houve nova tentativa de retomada dos garimpos Pista Velha e Pista Nova, mais ao centro da Terra Indígena. Além dos garimpos de barranco, foram também identificadas balsas de garimpos ilegais no curso do rio Curuá fazendo do rio uma rota de entrada de garimpeiros para outras Terras Indígenas, como as TIs Xipaya e Kuruaya.

No primeiro semestre de 2023 não houve detecção de novas áreas abertas de exploração garimpeira na TI Baú, mas a partir de análises realizadas em imagens de satélite de julho e agosto foi possível identificar a retomada de atividade em dois garimpos, o Pista Velha e o Jurandi.

*Garimpo Coringa na
Terra Indígena (TI) Baú.
Foto: divulgação/Rede
Xingu+.*

Além dos garimpos que operam na Baú, áreas de lavra no entorno, como a do garimpo Esperança IV, no distrito de Castelo dos Sonhos, também são fontes de contaminação dos afluentes que drenam resíduos para o rio Curuá. A degradação ambiental e os riscos à saúde não são os únicos impactos sofridos pelos Mebêngokrê Kayapó da TI Baú. Os indígenas sofrem com reiteradas tentativas de aliciamento e cooptação, suscitando conflitos internos e desestruturação social entre os membros do povo.



Alguns garimpos situados na terra indígena Baú são antigos, com áreas abertas na década de 1980 antes da homologação da TI, em 2008. Essas áreas estiveram abandonadas durante muitos anos, mas em 2018 passaram a ocorrer tentativas de retomada por parte de garimpeiros, configurando uma escalada de invasões e de ilícitos sem precedentes neste território.



Junho de 2018. Imagem de satélite da constelação Planet na região oeste da TI Baú, no garimpo Coringa. Coordenadas geográficas 54° 55' 7.212"O, 7° 27' 25.200"S, Datum SIRGAS 2000.



Junho de 2022. Imagem de satélite da constelação Planet na região oeste da TI Baú, no garimpo Coringa. Coordenadas geográficas 54° 55' 7.212"O, 7° 27' 25.200"S, Datum SIRGAS 2000.

A TERRA INDÍGENA MENKRAGNOTI





A TERRA INDÍGENA MENKRAGNOTI ENTROU EM 2020 PARA A LISTA DE TIs com presença do garimpo ilegal. Em meados daquele ano foi identificada a reativação de uma pista de pouso na região norte de seu território. A pista clandestina, aberta na década de 1990, aparentava estar desativada desde então. Entre abril e julho de 2021, 25 hectares de floresta foram derrubados ao longo da pista, evidenciando um novo foco de garimpo. Conectados à pista de pouso e à área de extração de ouro, foram identificados ramais com cerca de 84 km de extensão (até o rio Cateté, na divisa com a Floresta Estadual do Iriri), ligados também a um porto no rio Iriri, na região sul da ESEC Terra do Meio. Operações do Ibama e do ICMBio embargaram a estrada, destruíram o acampamento de apoio ao garimpo e apreenderam materiais. No entanto,

*Família Kayapó-
Menkrãgnoti na aldeia
Kubenkôkre, Terra
Indígena Menkragnoti,
Pará. Foto: Luís Carlos da
Silva Sampaio / Instituto
Kabu*



*Imagem feita do
sobrevôo realizado
em maio de 2021
mostrando a
degradação no leito
do igarapé, pela
exploração garimpeira.
Coordenadas
geográficas
53°50'20,934"W,
7°24'9,469"S, Datum
SIRGAS 2000*

a conexão de práticas criminosas mostra a atual fragilidade dos territórios. A abertura de ramais ilegais, como o que deu acesso ao garimpo na TI Menkragnoti, é um vetor de invasão territorial que facilita a logística da expansão de atividades como desmatamento, roubo de madeira e garimpo ilegal.

Na época, a informação sobre a presença de uma nova área de garimpo no interior da Terra Indígena Menkragnoti se espalhou entre as comunidades e causou extrema preocupação, pois além dos danos ao meio ambiente e à saúde decorrentes da contaminação dos rios e igarapés, há também o risco de conflitos. Mesmo que o garimpo nessa TI esteja hoje desativado e, pela sua área total, tenha menor gravidade quando comparado com frentes maiores de exploração garimpeira, como nas outras Terras Indígenas vizinhas do povo Mebêngôkre (Baú e Kayapó), sua localização exige um monitoramento constante já que se dá em uma área sensível do corredor e que sofre o impacto de outras atividades ilegais.

**A TERRA
INDÍGENA
TRINCHEIRA-
BACAJÁ**



Aldeia Rapko, uma das aldeias indígenas Xikrin localizadas dentro da Terra indígena Trincheira Bacajá. Foto: Lalo de Almeida

A TERRA INDÍGENA TRINCHEIRA-BACAJÁ território do povo Mebêngôkre-Xikrin, têm enfrentado também o avanço do garimpo ilegal. Entre 2018 e 2022, foram detectados mais de 85 hectares de floresta derrubada pela exploração garimpeira na TI, concentradas em um só garimpo: o Manelão. Essa frente se situa na porção leste da Trincheira Bacajá, e é conectada por cerca de 68 km de ramais ilegais que partem do entorno da TI.

A Trincheira já possui três grandes frentes consolidadas de desmatamento em seu território e caso não sejam adotadas medidas de contenção do garimpo, corre-se o risco de que uma nova frente de invasão se instale, além da contaminação irreparável da água e peixes do rio Bacajá. O povo Mebêngôkre-Xikrin já denunciou as invasões e as ameaças de morte que vem recebendo Ministério



Público Federal. O aumento da pressão de invasões fragiliza ainda mais a TI que também sofre com os impactos causados pela construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

No início de 2023, foram identificadas novas cavas de exploração no garimpo Manelão. No mês de abril, uma ação de fiscalização do Ibama foi realizada no local com inutilização do maquinário encontrado. Porém, nos meses seguintes ainda foram detectadas novas aberturas de extração garimpeira na região. A manutenção e atividade desse garimpo em todos os anos monitorados, mesmo após operações, mostra a insistência dos invasores em continuar garimpando ilegalmente dentro de uma Terra Indígena e o resultado de uma política de impunidade para crimes ambientais.

Operação do Ibama com a Polícia Federal no dim de 2022. Foto: Ascom/PF



19 Cf. Programa de Atividades Produtivas do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI) da UHE Belo Monte, 2014.

A atividade de exploração de ouro em Trincheira-Bacajá existe desde o final da década de 1970, antes mesmo da demarcação da terra indígena, no garimpo conhecido como Manelão. Na década de 1980, já funcionavam duas pistas de pouso, máquinas e um ramal que ligava o garimpo até o município de Pacajá. Nesse período e até a década de 1990, o garimpo funcionou com disputas pelo seu comando entre empresas e garimpeiros até o fechamento do seu ramal em 2005. Em meados da década de 2010, o garimpo voltou a funcionar e se expandir em direção ao centro da Terra Indígena, mais próximo ainda das margens do rio Bacajá²⁰.

A stylized map of the Apyterewa region, showing a large orange area representing the land, surrounded by a dark brown border. A horizontal line of white chevrons points from the left towards the map. The text 'A TERRA INDÍGENA APYTEREWA' is written in white, bold, uppercase letters on the left side of the map.

**A TERRA
INDÍGENA
APYTEREWA**



*Entardecer no Rio
Xingu (PA). Foto: Carol
Quintanilha / ISA*

A TERRA INDÍGENA APYTEREWA é a mais desmatada da Amazônia e sofre historicamente com a invasão ilegal de suas terras. Somente em setembro de 2021, o desmatamento no território do povo Parakanã registrou 2.480 hectares. Essa é a maior taxa já detectada na TI na última década. Grande parte do território está tomado por grileiros e menos de 25% da área da TI está sob inteira posse dos indígenas.

Ainda que a grilagem de terras seja a atividade ilegal proeminente na TI em magnitude, o garimpo também têm seu lugar e histórico na região. Em 2017, o garimpo localizado na porção centro-leste da Apyterewa foi reativado e, desde então, tem se expandido a cada ano. Entre 2018 e 2021, foram detectados 151 hectares de floresta derrubada nesse garimpo. Também em 2018, uma nova área de exploração conhecida localmente como “Pista Dois” foi aberta ao norte da TI, em afluente do igarapé Bom Jardim. Em 2019 e 2020, novos focos tam-



bém surgiram, o primeiro ao norte da TI e o segundo próximo ao seu limite sudeste. A região atingiu a marca de mais de 208 hectares derubados pela exploração garimpeira entre 2018 e 2022. Os garimpos utilizam maquinários pesados e estão sendo financiados por pessoas que estavam antes ligadas à grilagem de terras na TI.

Mais recentemente, em 2023, os Parakanã denunciaram a invasão de garimpeiros no Pista Dois, próxima das aldeias Kaaeté e Tekatawa, e as ameaças que estavam sofrendo. Equipes de fiscalização do Ibama foram ao local, desmobilizando acampamentos e estruturas de apoio usados pelos criminosos. Em outro garimpo, também ao norte da TI, foi identificado indício de atividade garimpeira com a abertura de pequenas clareiras entre fevereiro e junho. A atual degradação e fragilidade da Apyterewa exige esforços permanentes, articulação entre vários órgãos, além da completa desintrusão dos ocupantes não indígenas e invasores de seu território.

*Sobrevoou pela TI
Apyterewa, garimpo
nos afluentes do Igarapé
Bom Jardim - Rogério
Assis - ISA*



Os primeiros registros da atividade garimpeira no entorno da Terra Indígena Apyterewa são da década de 1970 no igarapé Teimoso, Bom Jardim e nas nascentes do rio Bacajá, concomitante à época de tentativa de contato com os Parakanã. A invasão de garimpeiros continuou ao longo da década de 1980 e de 1990, quando há relatos de aliciamento de indígenas para atuarem no garimpo do Igarapé São Sebastião, provocando conflitos na Terra Indígena. Ainda que o garimpo não seja novidade na região nos últimos 50 anos, foi a partir de 2017 que a atividade começou a se consolidar e a avançar dentro da TI Apyterewa, homologada 10 anos antes.



**A TERRA
INDÍGENA
KURUAYA**

A TERRA INDÍGENA KURUAYA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA (PA), é uma área de ocupação tradicional dos Kuruaya. A homologação da TI ocorreu em 2006 embora o território tenha sido interditado em 1988. No início dessa década, já havia registros de ocupação garimpeira no Curuá²¹, rio que corta a TI de sul à norte, e onde se localizam as aldeias do povo Kuruaya. É em um dos afluentes desse rio, no igarapé Madalena, que se encontra uma área de exploração minerária de mesmo nome, o garimpo Madalena, cujo histórico inclui conflitos entre empresas mineradoras e violência física contra os indígenas²².

O garimpo Madalena está inserido dentro do Processo Minerário 851.332/1981, sob titularidade da Brasinor Mineração e Comércio S.A., em que a autorização de pesquisa foi cedida em 1983 e posteriormente a Concessão de Lavra aprovada em 1986. Mesmo após a interdição da Terra Indígena Kuruaya em 1988, há relatos de continuidade de extração na área tanto pela Brasinor²³ quanto por outras Mineradoras, ao menos até meados da década de 2000²⁴.

Após alguns anos de inatividade, análises em imagens de satélite revelaram indícios de movimentação no garimpo Madalena entre os anos de 2017 e 2018, com reativação confirmada em 2019. Desde então, a exploração na região avançou. Há relatos de que o Madalena nunca parou, mas que a mudança para um governo favorável ao garimpo em territórios protegidos fez com que a atividade no local ganhasse força e fosse operada por grandes maquinários. No primeiro semestre de 2023, foram detectadas aberturas de cavas descendo o igarapé Madalena e se aproximando mais do rio Curuá.

20 Cf. Relatório: Expedição ao Rio Curuá e Riozinho do Anfrísio (Terra do Meio) Bacia do rio Xingu, Altamira, Pará. Instituto Socioambiental, Agosto de 2022. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/document-s/05D00009.pdf>>

21 Cf. Programa de Atividades Produtivas do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI) da UHE Belo Monte. Ministério da Justiça, fevereiro de 2014

22 Cf. Memorando (sem número). Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Ministério da Justiça, maio de 2002

23 Cf. Programa de Atividades Produtivas do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI) da UHE Belo Monte. Ministério da Justiça, fevereiro de 2014

É importante destacar que nas imagens de satélite de julho de 2023 é visível o assoreamento do rio Curuá a partir da foz do igarapé Madalena, por conta da deposição de sedimentos causada pela atividade garimpeira, processo que já é visível desde julho de 2021. Além da piora da qualidade da água, o processo de extração do ouro, metal explorado nesse garimpo, promove também a contaminação por mercúrio, afetando não só as comunidades da TI Kuruaya, mas também as comunidades (indígenas e ribeirinhas) localizadas a jusante desse igarapé. A presença do garimpo está correlacionada com a incidência de doenças, como a malária, que possui um grande histórico na região²⁵.

24 Cf. Relatório: Expedição ao Rio Curuá e Riozinho do Anfrísio (Terra do Meio) Bacia do rio Xingu, Altamira, Pará. Instituto Socioambiental, Agosto de 2022. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/05D00009.pdf>>



Julho de 2023. Imagem de satélite da constelação Planet na região da foz do Igarapé Madalena no rio Curuá, onde é possível ver o assoreamento do igarapé e do rio devido aos resíduos da atividade garimpeira. Coordenadas geográficas 54°31'56.568"O, 5°37'49.584"S, Datum SIRGAS 2000.

Julho de 2018. Imagem
de satélite da constelação
Planet na região do
garimpo Madalena, na
Terra Indígena Kuruaya.
Coordenadas geográficas
54° 34' 39.720"O, 5°
41' 44.592"S, Datum
SIRGAS 2000.



Julho de 2023. Imagem
de satélite da constelação
Planet na região do
garimpo Madalena, na
Terra Indígena Kuruaya.
Coordenadas geográficas
54° 34' 39.720"O, 5°
41' 44.592"S, Datum
SIRGAS 2000.





25 Cf. Relatório: Expedição ao Rio Curuá e Riozinho do Anfrísio (Terra do Meio) Bacia do rio Xingu, Altamira, Pará. Instituto Socioambiental, Agosto de 2022.

26 Cf. Programa de Atividades Produtivas do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI) da UHE Belo Monte. Ministério da Justiça, fevereiro de 2014

Com a abertura na década de 1970 das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163), as atividades de garimpo e mineração chegaram à Terra do Meio. Alguns garimpos se instalaram em locais que se tornariam áreas protegidas no futuro, sendo posteriormente declarada a ilegalidade da atividade²⁶. No entanto, a exploração ilegal se manteve no garimpo Madalena mesmo após a interdição e demarcação da TI Kuruaya. Há relatos de centenas de balsas para extração de ouro operando no rio Curuá nesse período além da mineração “à seco” no garimpo Madalena. Várias empresas de mineração atuavam na localidade, a Andrade Gutierrez S/A, Mineradora Palanqueta, Mineradora Souther Anaconda, Madalena Golde Corporation e Brasinor Mineração e Comércio LTDA²⁷. Esse cenário de disputa pela extração minerária na Kuruaya acelerou a interdição da TI em 1988 como forma de garantir a vida e o bem estar dos indígenas.

A EXPANSÃO GARIMPEIRA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO





A EXPANSÃO GARIMPEIRA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO de forma similar às terras indígenas, as unidades de conservação da bacia do Xingu também sofreram com o aumento do garimpo ilegal nos últimos cinco anos. Mesmo que 75% da área total mapeada de garimpo seja em Terras Indígenas, em função do avanço descontrolado na TI Kayapó, um maior número de unidades de conservação foram afetadas pela exploração garimpeira.

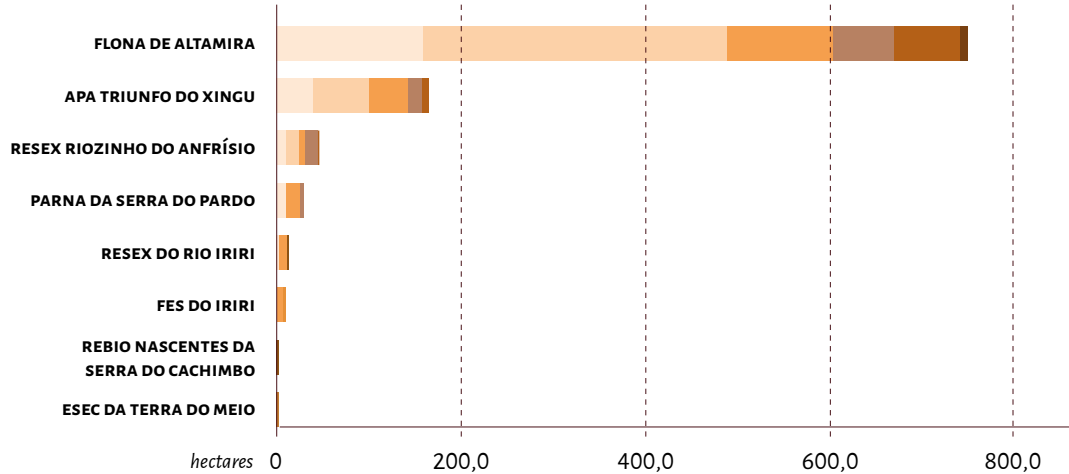
Das 14 áreas protegidas com a presença identificada de focos de garimpo nos últimos cinco anos, oito são UCs.

Em unidades de uso sustentável como áreas de proteção ambiental (APA) e florestas nacionais (FLONA), a exploração mineral é possível desde que haja previsão da atividade nos planos de manejo das respectivas áreas, além do cumprimento das regras ambientais estabelecidas tanto pela Agência Nacional da Mineração quanto pelo Ibama²⁸. Ainda, existe o enten-

Rio Iriri. 4º encontro da Rede Xingu +, que reuniu 130 lideranças de 14 povos indígenas e ribeirinhos para firmar uma aliança pelo futuro da floresta e discutir estratégias de defesa dos seus direitos
Foto: Lucas Landau / Rede Xingu +

27 Cf. De Olho na bacia do Xingu. Organização André Villas-Bôas. Instituto Socioambiental, São Paulo, 2012.

GARIMPO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA BACIA DO XINGU



dimento que a possibilidade de exploração minerária dentro das Flonas ocorreria somente naquelas que foram criadas anteriormente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), de 18 de julho de 2000²⁹. Desse modo, **todos os garimpos detectados pelo Sirad X em Unidades de Conservação na bacia do Xingu, são ilegais.**

Entre 2018 e 2022, mais de mil hectares de vegetação primária foram derrubados para ocupação de garimpos nas UCs, rios tiveram seus leitos destruídos e suas águas assoreadas e contaminadas. O ano de 2019 registrou a maior soma nesse período, com 407 hectares. De 2020 a 2022, as taxas reduziram mas a atividade garimpeira não parou. Em 2023, novos focos de exploração foram identificados na Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo, na Flona de Altamira, Resex Riozinho do Anfrísio e Resex Rio Iriri.

28 Cf. Parecer nº 21/2014/DEPCONS/PGF/AGU. <https://observatoriodamini-neracao.com.br/wp-content/uploads/2021/01/Parecer-AGU-n.21_2014.pdf>

**A FLORESTA
NACIONAL
(FLONA) DE
ALTAMIRA**

A FLORESTA NACIONAL (FLONA) DE ALTAMIRA É A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA BACIA DO XINGU com maior extensão de áreas de exploração garimpeira em seu território. A atividade não é nova na UC, mas a expansão de seus garimpos foi maior nos últimos anos.

Existem duas frentes de garimpo na Flona. Na região noroeste, próxima da divisa com a Flona do Trairão, o Parna do Jamxim e a Resex Riozinho do Anfrísio, a exploração garimpeira começou entre o final do ano de 2015 e o início do ano seguinte, aumentando ano após ano. Entre 2018 e 2020, período de maior crescimento, foram desmatados 215 ha na região. Já entre 2021 e 2022, a atividade retraiu, apesar disso a exploração se manteve ativa e mais 94 ha de floresta foram derrubados ali.

Na região oeste da UC, foi identificada a retomada de um garimpo desativado também em 2015. A área permaneceu com crescimento moderado em 2016 e 2017, quando uma pista de pouso foi reativada no local. Foi a partir do final de 2018 que essa frente começou a expandir rapidamente, sendo o ano de 2019 com maior incremento. Nesses dois anos, foram desmatados 327 ha. Entre 2020 e 2022, o ritmo atenuou, mas não houve suspensão da atividade e mais 101 ha de floresta foram derrubados nessa frente garimpeira. Grande parte das áreas afetadas pelo garimpo ilegal na região oeste da Flona de Altamira estão dentro de uma concessão florestal sob responsabilidade da empresa RRX Mineração e Serviços Ltda. Apesar de não ser possível relacionar a atividade de garimpo ilegal dentro da concessão florestal com a empresa, é estipulado no contrato a proteção da área pela concessionária, cabendo responsabilização pelas ações ou omissões que atentem contra a integridade da concessão.



Agosto de 2018. Imagem de satélite da constelação Planet na região oeste da Flona de Altamira, onde há exploração garimpeira. Coordenadas geográficas 55°19' 33.708"O, 6°2'5.208"S, Datum SIRGAS 2000.



Junho de 2023. Imagem de satélite da constelação Planet na região oeste da Flona de Altamira, onde há exploração garimpeira. Coordenadas geográficas 55°19' 33.708"O, 6°2'5.208"S, Datum SIRGAS 2000.



Vista da proa de uma canoa navegando no Riozinho do Anfrísio, Pará | Crédito: Anna Maria Andrade / ISA

Além disso, nem o Decreto nº. 2.483/1998, que cria a Flona Altamira, nem o plano de manejo e zoneamento ambiental da mesma, prevêm a exploração de minério no interior da UC. As áreas de garimpo estão localizadas, segundo seu zoneamento, em Zonas Primitivas, de Preservação e de Recuperação, cujos objetivos são, na respectiva ordem, a mínima intervenção humana, a conservação da fauna, flora e proteção das cabeceiras formadores de importantes rios como o Xingu, e a recuperação da área com correção do passivo ambiental, retornando às condições anteriores ao uso inadequado³⁰.

No primeiro semestre de 2023, foi detectada a abertura de novas áreas de exploração contíguas às áreas de garimpo já

29 Cf. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Plano de Manejo da Floresta Nacional de Altamira. Dezembro, 2012.

consolidadas na UC em todos os meses . Ao todo, foram desmatados 15 ha distribuídos principalmente na região noroeste da Flona. Esse total representa uma redução da atividade mas ainda preocupa por sua continuidade mesmo após várias operações de fiscalização no local, lavratura de autos de infração e termos de embargo e apreensão.



A região da Flona de Altamira está localizada sobre um arcabouço geológico rico e as informações sobre a existência de ouro na região remontam a 1747. Contudo, o grande impulso ocorreu a partir de 1958, com a entrada dos “desbravadores”. Desde então, foram formados os focos de extração aurífera que foram crescendo e se expandindo conforme o contexto regional, a melhora da infraestrutura local e a valorização do metal no mercado internacional. Na década de 90, a queda nas cotações do ouro fez com que ocorresse a retração da extração garimpeira, mas a atividade nunca parou por completo na região. Mais recentemente, o fechamento de várias serrarias e declínio da exploração madeira serviu também como fator motivador da garimpagem no início do século XXI. Na época da elaboração do plano de manejo da Flona de Altamira, em 2012, havia o registro de garimpos de ouro e cassiterita na UC e a preocupação dos impactos destes nos ambientes aquáticos e na ictiofauna³¹.

30 Cf. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Plano de Manejo da Floresta Nacional de Altamira. Dezembro, 2012.

A ESTAÇÃO
ECOLÓGICA
(ESEC) DA
**TERRA
DO MEIO**



A ESTAÇÃO ECOLÓGICA (ESEC) DA TERRA DO MEIO é uma unidade de conservação proteção integral, mas a integridade do seu território está ameaçada com o aumento de invasões pela grilagem de terras e, mais recentemente, pela reativação de um garimpo. Em meados de 2021, foi identificada a retomada da atividade garimpeira numa área conhecida como garimpo da Jane, localizado em uma região mais isolada da ESEC, do lado oeste do rio Iriri. O garimpo da Jane tem como extração minerária o ouro, e esteve desativado nos últimos anos. O seu acesso era aéreo por uma pista de pouso ou por igarapés que distam cerca de 30 a 40 km do rio Iriri e Curuá.

No entanto, no início de 2022, foi aberta uma estrada com início na margem oeste do rio Iriri com direção à Unidade de Conservação vizinha, a Floresta Estadual do Iriri. O ramal clandestino é uma extensão da estrada Canopus, rota de desmata-

Canoas usadas como meio de transporte pelos ribeirinhos na ESEC da Terra do Meio. Crédito: Marcelo Salazar / ISA



*Imagem aérea feita
em maio de 2022
no garimpo da Jane,
localizado na região
oeste da Esec da Terra
do Meio. Coordenadas
geográficas: 54°
19' 13.944"O, 6° 10'
59.880"S, Datum
Sirgas 2000.*

mento da Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, situada no lado leste da Estação Ecológica. Assim, uma nova via de acesso ao garimpo da Jane foi estabelecida, formando um percurso que liga a atividade garimpeira com a grilagem de terras e o roubo de madeira, além de facilitar o escoamento dessa exploração ilegal.

Após denúncias e operações de fiscalização na área, não foi detectada mais nenhuma atividade no garimpo da Jane, mas a estrada aberta coloca em risco a integridade do Corredor de Áreas Protegidas. O ramal que seguiu até a FES do Iriri ameaça conectar as frentes de desmatamento da cidade de São Félix do Xingu, na região leste da bacia, com a de Novo Progresso, no lado oeste. O encontro dessas frentes ameaça partir o Xingu ao meio, cortando o remanescente florestal nas duas Unidades de Conservação e fragilizando ainda mais o território.



31 Cf. Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo da Esec da Terra do Meio, 2015

A ocupação de onde é hoje a Esec da Terra do Meio foi motivada entre 1850 e 1970 pela extração seringueira, do caucho e da castanha-do-pará. Mas a partir de 1970, a expansão garimpeira trouxe uma nova migração para a região. Antes da criação da Esec já operava o garimpo da Jane no território, que passou por períodos de desativação e depois de retomada. A UC também sofre com os impactos dos garimpos de ouro e cassiterita na Apa Triunfo do Xingu, que poluem os igarapés que correm pra dentro da Esec³².



A RESEX RIO IRIRI

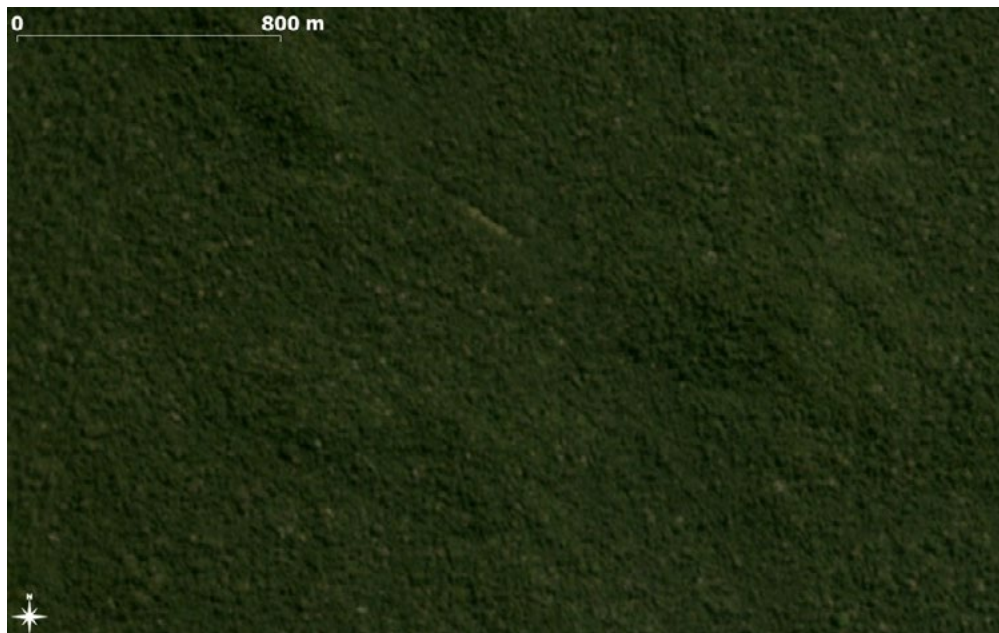


A RESEX RIO IRIR TAMBÉM ENFRENTA A PRESSÃO da exploração garimpeira. No final de 2018, uma pista de pouso foi reativada no limite sudoeste da UC, em região próxima aos limites da Resex Riozinho do Anfrísio e da TI Xipaya. A pista em questão dá acesso ao garimpo Jabuti, pequeno foco de exploração garimpeira na UC que existe desde antes da sua criação. O garimpo já estava desativado há anos, no entanto **a garimpagem na área foi retomada e a exploração aurífera transcorreu durante o ano de 2019, quando também foram detectados garimpos de cassiterita e ouro no centro da Resex, local de grande circulação e referência para os beiradeiros.**

Em 2020, as atividades no garimpo Jabuti continuaram e em setembro desse ano, um ramal de 4 km foi aberto ilegalmente no local, cruzando os limites da UC com a RESEX Riozinho do

Pássaro Mergulhão (nome popular) em uma pedra no meio do Rio Iriri, Pará. Foto: Anna Maria Andrade / ISA

Julho de 2018. Imagem
 de satélite da constelação
 Planet na região
 sudoeste da Resex Rio
 Iriri, na localização
 do garimpo Jabuti.
 Coordenadas geográficas
 54° 46' 24.780"O, 5°
 14' 42.360"S, Datum
 SIRGAS 2000.



Julho de 2023. Imagem
 de satélite da constelação
 Planet na região
 sudoeste da Resex Rio
 Iriri, na localização
 do garimpo Jabuti.
 Coordenadas geográficas
 54° 46' 24.780"O, 5°
 14' 42.360"S, Datum
 SIRGAS 2000.



Anfrísio e percorrendo mais de 37 km de floresta. No final de 2022, esse ramal foi reativado e, com isso, a extração ilegal no Jabuti também retornou. A estrada, que aumentou em mais 10 km, concluiu sua ligação a outros ramais já abertos ilegalmente na Resex Riozinho do Anfrísio. Entre a reativação do garimpo em 2018 e 2022, foram desmatados cerca de 12 ha no local. Em 2023, a abertura de novas áreas foi detectada nos meses de janeiro, maio e julho, mesmo após operações realizadas na área.

Apesar da área relativamente pequena, a gravidade desse garimpo está na sua fácil conexão logística com a BR-163 por meio de ramais já abertos na floresta. Tanto na Resex do rio Iriri quanto na Resex Riozinho do Anfrísio, essas estradas estão possibilitando o escoamento de produtos roubados, como o ouro e a madeira.



A atividade de mineração na RESEX Rio Iriri ganhou força na década de 80 com a proliferação de garimpos nos Rios Iriri e Curuá e a chegada de empresas mineradoras para a exploração mecanizada em alguns pontos. A migração de empresários e garimpeiros para a região trouxe, na época, novas fontes de renda para a população, contudo vieram juntos problemas sociais como a exploração de moradores, além dos impactos ambientais. A Resex do rio Iriri também sofre, há anos, com os impactos decorrentes do garimpo Madalena, na TI Kuruaya, e da utilização de balsas para retirada de ouro de aluvião no Rio Curuá. Esse rio, que é uma das portas de entrada para a Terra do Meio, já chegou a comportar até dezenas de balsas trabalhando dia e noite em seu leito³³.

32 Cf. Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo da Resex Rio Iriri, 2010.

**A RESERVA
EXTRATIVISTA
RIOZINHO DO
ANFRÍSIO**



RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DO ANFRÍSIO É INTEGRANTE do mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio, no Pará, e tem enfrentando as consequências da atividade garimpeira ilegal. O garimpo Fortaleza, que se encontrava fechado por anos, teve sua reativação em 2018 com o uso de maquinário pesado. Desde então, o garimpo, que está localizado ao norte da Resex, manteve-se ativo com abertura de novas áreas em todos os anos. Em 2020, um novo foco do garimpo Fortaleza foi aberto no Igarapé do Limão e os beiradeiros relataram à época a piora da qualidade da água. Em cinco anos, entre 2018 e 2022, 37 ha de floresta foram derrubadas nesses dois garimpos. Mesmo com denúncias e subsequentes ações de fiscalização com a destruição do equipamento e infraestrutura associada à exploração, os invasores retornam ao local logo após as saídas das equipes do ICMBio.

No sudoeste da Resex, na mesma época da reativação do garimpo Fortaleza, foi aberto outro foco de exploração garim-

Resex Riozinho do Anfrísio. foto: Lilo Clareto



*Área de garimpo na
Reserva Extrativista
Riozinho do Anfrísio
(RESEX), Altamira, Pará
- Lilo Claretto/ISA*

peira e uma pista de pouso dando acesso ao local, próximo ao limite da Riozinho do Anfrísio com a Flona de Altamira, somando 5 hectares. Em 2021, foram detectados cerca de 4 ha em uma nova exploração garimpeira na região noroeste do Riozinho, próximo da divisa com a Flona do Trairão. **Ao longo desses anos também foram relatadas atividades no garimpo da Pesquisa, situado entre o Igarapé do Pereira e o Igarapé Antônio Gomes, na região leste da UC.** No entanto, não foi possível identificar com exatidão sua localização, visto que as atividades ocorrem sob o dossel das árvores o que dificulta a chegada das equipes de fiscalização.

Os garimpos na Resex contaminaram os igarapés e dezenove comunidades beradeiras já estão sendo afetadas. O peixe é a principal proteína de origem animal da dieta das famílias, e sua contaminação põe em risco a segurança alimentar e os seus meios de subsistência.

Com exceção do garimpo Fortaleza, os demais garimpos na Riozinho do Anfrísio se encontram hoje desativados. No Fortaleza, além da manutenção de sua pista de pouso identificada em fevereiro, não foram detectadas novas aberturas entre janeiro e junho desse ano, contudo, em agosto o garimpo voltou a expandir. Equipes do IBAMA foram ao local e fizeram a apreensão e destruição de equipamentos como escavadeiras, motores e o desmonte do acampamento de apoio.



A atividade de mineração e garimpo na Terra do Meio engrenou no final da década de 1970, atraindo garimpeiros e fazendo parte, inclusive, de fonte de renda dos ribeirinhos, devido à decadência da extração da seringa. Os garimpos se encontravam próximos aos igarapés, em especial os do Pereira, Limão, Buiucu e Manoel Ritinha. No igarapé do Pereira, encontravam-se os garimpos Pesquisa, Chico Alegre, Areia Branca, Gilberto e Baiana. Já nos igarapés Manoel Ritinha e Buiucu ficavam os garimpos da Baleia e do Macacão. No alto do Igarapé Limão fica, até hoje, o garimpo Fortaleza, que foi explorado durante muitos anos por diferentes grupos de garimpeiros. Os garimpos Fortaleza e o Pesquisa foram os que mais se sobressaíram na região. Apesar de na época a exploração garimpeira ter representado uma fonte de renda e comércio, a atividade também gerou impactos ambientais e causou conflitos e problemas sociais para os moradores do Riozinho do Anfrísio. Com a criação da Resex, a maioria dos grileiros, fazendeiros e garimpeiros foram retirados da unidade, no entanto, alguns focos de invasão, como o garimpo Fortaleza, e a região do Alto Riozinho onde ocorria a retirada ilegal de madeira e minérios, continuaram operando de forma intermitente com as operações dos órgãos de comando e controle³⁴.

33 Cf. Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo Participativo da Resex Riozinho do Anfrísio, 2010.

*Setembro de 2017.
Imagem de satélite da
constelação Planet na
região norte da Resex
Riozinho do Anfrísio, na
localização do garimpo
Fortaleza. Coordenadas
geográficas 55°12'
0.110"O, 4°43'1.920"S,
Datum SIRGAS 2000.*



*Julho de 2022.
Imagem de satélite da
constelação Planet na
região norte da Resex
Riozinho do Anfrísio, na
localização do garimpo
Fortaleza. Coordenadas
geográficas 55°12'
0.110"O, 4°43'1.920"S,
Datum SIRGAS 2000.*



**A RESERVA
BIOLÓGICA
(REBIO)
NASCENTES
DA SERRA DO
CACHIMBO**



A RESERVA BIOLÓGICA (REBIO) NASCENTES DA NERRA DO CACHIMBO está localizada entre os municípios de Altamira e Novo Progresso, no Pará, no interflúvio Tapajós-Xingu, às margens da BR-163 no seu limite oeste e vizinha das Terras Indígenas Menkragnoti e Panará no seu limite leste.

No começo de 2019, foi reativada uma área de exploração minerária abandonada no norte da UC, nas margens de um tributário do rio Curuaés, permanecendo em atividade durante quase todo o ano. À medida que sua operação foi retraindo, novos focos de garimpo foram sendo abertos no início de 2020, subindo o leito do mesmo rio. Essas áreas foram abertas em locais de uso consolidado na UC: fazendas de gado que estão irregulares. No decorrer de 2020 e por todo ano de 2021, a garimpagem no local arrefeceu, voltando somente no final de 2022 e início de 2023 com a abertura de novos focos de exploração. Após denúncias, equipes do ICMBio realizaram operação na área com a apreensão e destruição de equipamentos e maquinários.

Na região leste da UC, também foram detectadas áreas de exploração garimpeira no início de 2022, com a abertura de três focos nos arredores de um garimpo desativado há anos. De acordo com as análises feitas em imagens de satélite no local, atualmente os garimpos se encontram inativos.



Julho de 2022.
 Imagem de satélite
 da constelação Planet
 na região nordeste da
 Rebio Nascentes da
 Serra do Cachimbo,
 antes da abertura de
 focos de exploração
 garimpeira. Coordenadas
 geográficas, 54° 36'
 44.964"O, 8° 41' 0.996"S.
 Datum SIRGAS 2000.



Janeiro de 2023.
 Imagem de satélite
 da constelação Planet
 na região nordeste da
 Rebio Nascentes da
 Serra do Cachimbo, após
 a abertura de focos de
 exploração garimpeira.
 Coordenadas geográficas
 54° 36' 44.964"O, 8°
 41' 0.996"S, Datum
 SIRGAS 2000.



A maior parte do território da Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo se encontra no município de Altamira. A UC, no entanto, está na região de influência de Novo Progresso e compartilha com o município históricos parecidos de uso e ocupação da terra. Com a descoberta do ouro na década de 80, a economia de Novo Progresso se intensificou e novos garimpeiros foram atraídos para a região. A atividade entrou em declínio com a queda do preço do metal na década seguinte, mas não paralisou totalmente. À época do plano de manejo da Rebio, em 2009, foi relatado a existência de dois garimpos na UC, localizados em sua região norte e leste, mas que se encontravam quase desativados. Contudo, o documento já alertava que a valorização do ouro no mercado internacional poderia representar uma eminente ameaça, incentivando a reabertura desses garimpos.



RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O GARIMPAGEM NA BACIA DO XINGU AUMENTOU nos últimos anos, sobretudo dentro de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, onde ocorre de forma ilegal. Os impactos dessa atividade não se restringem somente aos decorrentes do desmatamento da floresta. Por ser altamente poluidor, o garimpo de ouro também afeta o acesso à água potável, a segurança alimentar das comunidades tradicionais e coloca em risco a vida de indígenas e beiradeiros que sofrem constantes ameaças, constituindo graves violações dos direitos fundamentais desses povos.

As escassas operações de fiscalização dos órgãos de comando e controle nas áreas protegidas, entre 2019 e 2022, não foram suficientes para conter uma atividade que se viu impulsionada pela tentativa de flexibilização das leis ambientais. É fato que no primeiro semestre de 2023, com a mudança de governo, houve um movimento de arrefecimento não só do garimpo, mas também de outras atividades ilegais nas áreas protegidas da bacia, como o desmatamento e roubo de madeira. Esse resultado está associado com o aumento das operações de fiscalizações que, no Xingu, já ocorreu em ao menos seis territórios com presença de exploração garimpeira. Contudo, quando se observa a persistência do ilícito e a retomada dessas áreas por parte dos invasores logo após a saída das equipes de fiscalização dos territórios, constata-se a insuficiência de ações pontuais sem um plano de permanência dos órgãos de controle no território.

Não se trata de extrações exercidas por poucos garimpeiros artesanais e sim de vastas áreas destruídas com uso de grandes maquinários e capitalizadas por uma rede criminoso, o

que exige operações em campo e de inteligência realizadas de forma mais regular para desativar e coibir a reativação dos focos de garimpo, a implementação e manutenção de bases de proteção em locais estratégicos e a inutilização de toda a infra-estrutura associada, como pistas clandestinas, estradas e a destruição completa do maquinário utilizado na extração de ouro. Conjuntamente, é necessário o apoio das agências reguladoras tais como a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Agência Nacional do Petróleo (ANP), para garantir a eficácia das ações de proteção territorial e desarticulação da logística do garimpo ilegal, com a fiscalização das redes de comunicação, da operação irregular de aeronaves e do controle da venda de combustível³⁵.

É preciso também que os mecanismos de controle e rastreamento do ouro sejam revistos com a criação de um sistema de garantia de sua origem. A legislação que regulamenta o comércio de ouro de garimpo apresenta brechas que facilitam operações fraudulentas e a “lavagem de ouro”, como a presunção de boa fé na compra do minério pelas DTVMs³⁶, estabelecido na Lei nº. 12.844/2013.

Será necessária também, uma maior cooperação dos órgãos governamentais licenciadores. A Agência Nacional da Mineração (ANM) deveria se responsabilizar pela aplicação da legislação ambiental no contexto de seus processos internos, como o monitoramento contínuo dos títulos e licenças dos processos minerários. Também é responsabilidade da agência rejeitar prontamente a emissão de qualquer permissão de exploração mineral quando houver sobreposição a áreas protegidas

34 Cf. Yanomami sob Ataque. Garimpo ilegal na terra indígena Yanomami e propostas para combatê-lo. Hutukara Associação Yanomami, Associação Wanasseduume Ye'kwana. Abril, 2022.

35 DTVM: As Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários são empresas autorizadas pelo Banco Central a comprar e comercializar ouro.

como terras indígenas, inclusive em terras indígenas não homologadas. O mesmo se aplica para Unidades de Conservação que não prevejam em seus planos de manejo a realização de atividades minerárias, uma vez que a falta de fiscalização das UCs tem facilitado a exploração ilegal e incentivado a invasão em territórios protegidos³⁷.

Importante ainda destacar a necessidade de ações destinadas à recuperação das áreas degradadas pela atividade garimpeira ilegal, visto que elas não possuem condições de retornarem a um estado semelhante ao inicial (antes da degradação), de forma natural³⁸. A Lei nº 6.938/81 prevê a recuperação de áreas degradadas como um princípio norteador da Política Nacional do Meio Ambiente, que deveria ser tratada de forma prioritária pelo Estado tanto quanto a repressão aos ilícitos ambientais em si. A adoção de medidas para reverter ou mitigar esses danos ambientais seria ainda uma oportunidade para garantir a presença contínua dos órgãos estatais nas áreas mais críticas de ocorrência das atividades ilegais.

Por fim, é imprescindível a conscientização sobre os impactos causados pela exploração do ouro nas regiões afetadas e adoção de medidas para a promoção de uma economia da região amazônica baseada na sociobiodiversidade, que gere renda para as comunidades locais de forma sustentável, não ilícita e não predatória, de forma a garantir os recursos naturais e seus benefícios para as próximas gerações.

36 Cf. Legalidade da Produção de Ouro no Brasil. Bruno Manzolli et al. UFMG, Belo Horizonte, 2021.

37 Cf. Recuperação de áreas degradadas por mineração: uma revisão de métodos recomendados para garimpos. Silva I. A., Campagna A. R., Lipp-Nissinen K. H.. Pesquisas em Geociências, v. 45:e0691, 2018.



O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos socioambientais no Brasil. O ISA trabalha lado a lado com comunidades extrativistas, quilombolas, ribeirinhas e indígenas, seus parceiros históricos. Atua apoiando e fortalecendo sua participação política, sua cultura, seus conhecimentos tradicionais e projetos de geração de renda como estratégias para a proteção e gestão territorial de Terras Indígenas e Áreas Protegidas.

Com equipes locais e escritórios regionais, o ISA atua em três importantes territórios: Rio Negro (AM/RR), Xingu (MT/PA) e Ribeira de Iguape (SP). O trabalho dos programas Rio Negro, Xingu e Vale do Ribeira, em parceria com associações de comunidades locais e organizações de outros parceiros - além de redes regionais e nacionais - se articulam com outros dois programas do ISA: Política e Direito Socioambiental e Povos Indígenas no Brasil, unindo equipes, projetos e ações

CONSELHO DIRETOR

Marcio Santilli (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), André Villas-Bôas, Beto Ricardo, Leão Serva e Marta Maria do Amaral Azevedo

CONSELHO FISCAL

Alicia Rolla, Isabelle Vidal Gianinni e Paulo Afonso Garcia

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rodrigo Gravina Prates Junqueira

ASSESSORAS: Camila Gauditano e Clara de Assis Andrade

CONSELHO DE GESTÃO ESTRATÉGICA (CGE)

Deborah Lima, Marina Kahn, André Villas-Bôas, Beto Ricardo, Leão Serva, Marta Maria do Amaral Azevedo, Biviany Rojas, Fabio Endo, Frederico Viegas, Marcos Wesley, Milene Maia Oberlaender, Moreno Saraiva Martins, Roberto Almeida e Rodrigo Gravina Prates Junqueira

ENDEREÇO SEDE

Edifício Metropolitano. Praça Dom José Gaspar, 134, 120 andar, 01047-912, Centro Histórico de São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900, isa@socioambiental.org

Siga-nos nas redes sociais:



@socioambiental



/institutosocioambiental



/socioambiental



/socioambiental



@socioambiental

www.socioambiental.org



QUEM SOMOS

A Rede Xingu+ é uma aliança política entre as principais organizações de povos indígenas, de comunidades tradicionais e da sociedade civil que atuam em Terras Indígenas e Unidades de Conservação na bacia do Rio Xingu, no chamado Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental.

MISSÃO

"Unir esforços para a defesa do Corredor Xingu e dos direitos dos povos da floresta que o mantém, por meio do empoderamento das organizações locais, do estabelecimento de alianças entre elas, da promoção e fortalecimento de iniciativas de gestão territorial e da articulação com os órgãos governamentais responsáveis pela proteção de territórios e promoção de direitos dos povos indígenas e tradicionais."

CONSELHO POLÍTICO

Ewesh Yawalapiti Waura

Iré Kayabi

Winti Kisedje

Roiti Metuktire

Mayalu Waura Txukarramae

Kajet Kayapo

Mydjere Kayapo Mekrangnotire

Kokoba Mekragnotire

Giliarde Jacinto Pereira

Kokote Xikrin

Francisco de Assis Porto de Oliveira

Marinês Lopes de Sousa

SECRETARIA EXECUTIVA

André Villas-Bôas (secretário executivo)

Maria Beatriz N. Ribeiro (assessora técnica)

Sílvia Moan da Silva (assessora de comunicação)

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO

Programa Xingu/ISA
Rede Xingu+

ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Thaise Rodrigues

COLABORAÇÃO

John Razen
Luísa Molina

REVISÃO

Biviany Rojas Garzon
Clara Roman

DESIGN GRÁFICO, PROJETO

GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Grande Circular
grandecircular.com

REALIZAÇÃO



APOIO



REALIZAÇÃO



APOIO

